

MENSURAÇÃO DO VALOR OU CUSTO DO ATIVO

Benedito Florêncio de Queiroz

Luziana Maria Nunes de Queiroz

Resumo:

A mensuração do valor o custo de um Ativo sempre foi um problema na avaliação de uma organização, seja o criado, o adquirido ou o vendido pela empresa, principalmente os ativos intangíveis. Este trabalho tem por objetivo apresentar uma ótica clara e atual de como medir os custos dos investimentos operacionais e fixos nas perspectivas de valores de entradas e valores de saídas. Como uma das características do Ativo é trazer benefícios futuros, através de bens e serviços, sendo que esses valores sejam receitas e/ou custos, realizados a Valores de Saídas, a qual, Vermon Kan, chama de contabilidade contemporânea contínua, vendo as empresas como uma entidade adaptável e engajada na compra e venda de bens e serviços. O preço de venda é o preço realizável de um ativo não-monetário com base numa liquidação planejada. A sobrevivência da empresa depende do volume de dinheiro que ela pode comandar. Representa o volume de caixa, através de um dos meios de troca ou convenção: Equivalentes Correntes de Caixa ou Valor Corrente de Venda; Valores Realizados Líquidos; Valores de Liquidação e Valores Descontados de Fluxos de Caixa ou Capacidade de Geração de Serviços Futuros.

Palavras-chave:

Área temática: *Novas Tendências Aplicadas na Gestão de Custos*

MENSURAÇÃO DO VALOR OU CUSTO DO ATIVO

Benedito Florêncio de Queiroz
Faculdade de Natal
beneque@seol.com.br

Luziana Maria Nunes de Queiroz
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A mensuração do valor o custo de um Ativo sempre foi um problema na avaliação de uma organização, seja o criado, o adquirido ou o vendido pela empresa, principalmente os ativos intangíveis. Este trabalho tem por objetivo apresentar uma ótica clara e atual de como medir os custos dos investimentos operacionais e fixos nas perspectivas de valores de entradas e valores de saídas. Como uma das características do Ativo é trazer benefícios futuros, através de bens e serviços, sendo que esses valores sejam receitas e/ou custos, realizados a Valores de Saídas, a qual, Vernon Kan, chama de “*contabilidade contemporânea contínua*, vendo as empresas como uma entidade adaptável e engajada na compra e venda de bens e serviços. O preço de venda é o preço realizável de um ativo não-monetário com base numa liquidação planejada. A sobrevivência da empresa depende do volume de dinheiro que ela pode comandar”. Representa o volume de caixa, através de um dos meios de troca ou convenção: Equivalentes Correntes de Caixa ou Valor Corrente de Venda; Valores Realizados Líquidos; Valores de Liquidação e Valores Descontados de Fluxos de Caixa ou Capacidade de Geração de Serviços Futuros.

Tema: Novas Tendências Aplicadas na Gestão de Custos

MENSURAÇÃO DO VALOR OU CUSTO DO ATIVO**SUMÁRIO**

Capítulo I	
1.1- Considerações Iniciais	03
1.2- Métodos, grupos, objetivos e reconhecimento	03
Capítulo II	
2- Desenvolvimento	04
2.1- Algumas Definições de Ativos	04
2.2- Características Adicionais dos Ativos	04
Capítulo III	
3- Processo de Mensuração	05
3.1 – Conceitos	05
3.2- Bases de Mensuração	06
3.3- Preços de Troca	06
3.3.1- Valores de Entradas	06
3.3.2- Valores de Saídas	08
3.4- Medidas de Custo ou Mercado	09
3.5- Objetivos da Mensuração	11
3.5.1- Objetivos Sintáticos	11
3.5.2- Objetivos Semânticos	12
3.5.3- Objetivos Pragmáticos	12
3.5.4- Reconhecimento	12
Capítulo IV	
4- Ativo Intangível	13
4.1- Natureza	13
4.2- Reconhecimento	14
4.3- Características para diferenciar intangíveis	15
4.4- Mensuração	17
4.3- Amortização	17
6 – Conclusão	18
8 – Bibliografia	19

INDICES DE TABELAS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1 – Características do ativo	05
Tabela - Bases de Mensuração	06
Organograma - Valores Entradas	06
Figura – Valores de Saídas	08
Tabela – Critérios de avaliação	10
Quadro 2 – Objetivos Mensuração	11
Quadro 3 – Confiabilidade	12
Organograma – Reconhecimento	13
Tabela – Intangível e Despesas Diferidas	14

Tabela – Hendriksen e Criticas de Most	15
Figura – Intangível: Usos Alternativos	16

CAPÍTULO I

1- CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

O assunto reportado neste trabalho tem o objetivo de apresentar uma visão clara da mensuração dos valores ou custos dos Ativos, sejam quando adquirem ou quando vendem, nas perspectivas de valores de entrada e de valores de saída.

Ao avaliar-se uma entidade o que prende a atenção dos avaliadores é a parte positiva da empresa ou das aplicações dos capitais, que é o Ativo, que deve apresentar um valor superior ao das obrigações ou dos capitais de terceiros, gerando um Patrimônio Líquido positivo, já que tanto o Passivo como o Patrimônio Líquido, estão relacionados diretamente com o valor do Ativo.

A principal característica do Ativo é a sua capacidade de prestar serviços presentes e futuros a empresa que os tem como propriedade, individual ou agregada a outros elementos ativos e fatores de produção, capaz de se transformar em fluxos líquidos de entradas de caixas futuros, o ativo representa uma promessa de caixa, decorrente de eventos passados.

Os Planos elaborados pelas entidades almeja os resultados futuros, e esses resultados estão proporcionados a apresentarem mudanças, devidos a fatores externos, tais como: Legislações, política econômica, oscilação do câmbio, inflação, correção monetária, competitividade e outros, indicando uma preocupação com a mensuração periódica a qual deve proporcionar uma atualização do valor de composição dos Ativos.

1.2 – Métodos, grupos, objetivos e reconhecimento da mensuração

a) De acordo com os estudiosos existem dois métodos de mensuração:

- Valores de entradas, que são geralmente oriundos do mercado de aquisição das empresas e espelham as verdadeiras condições das obtenções dos recursos;
- Valores de saídas, que são aqueles que representam as condições dos mercados no momento da venda.

Com isso espero, no decorrer deste trabalho, consigamos responder aos três questionamentos pertinentes ao Ativo em relação: a definição, o reconhecimento e a mensuração.

b) Os grupos dos ativos apresentam-se divididos em:

- Monetários e não monetários, em relação ao aspecto financeiro;
- Tangível e intangível, em relação ao aspecto material;

O trabalho apresentará os critérios de avaliação, levando em consideração estes dois aspectos.

c) Em relação à mensuração serão confrontados os objetivos em relação:

- a sua forma de linguagem, significado e relevância,
- a lógica Sintática, ao significado gramatical, com a Semântica, e
- aos efeitos que a contabilidade causa nos seus usuários, principalmente naqueles que influenciam de forma direta na tomada de decisão com a Pragmática.

d) O reconhecimento do Ativo, será abordado, levando em consideração:

A satisfação do cliente, o custo benefício, a probabilidade de ocorrência e a confiança em relação às informações geradas.

e) - Por último evidenciaremos, o **ativo intangível**, através de suas definições e dificuldades de mensuração e reconhecimento. Sendo apresentados e confrontados, os tipos de intangíveis, a diferença entre elementos intangíveis e despesas diferidas, classificação dos em relação aos identificados e não – identificados.

CAPÍTULO II

2- DESENVOLVIMENTO:

2.1 - Algumas Definições de Ativo:

Paton considera que: “ativo é qualquer contraprestação, material ou não, possuída por uma empresa específica e que tem valor para aquela empresa”.¹

Por essa conceituação percebemos que o Ativo, pode ser composto por elementos que podem ser tangíveis ou não, o autor já leva em consideração que o valor da empresa é resultante de uma agregação de valores, englobando bens e direitos adquiridos, que possibilitaram a geração de caixas futuros, provenientes de qualquer contraprestação.

A definição do IASB, que Ativo é: “Um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que futuros benefícios econômicos resultem para essa entidade”²

Essa definição só foi acatada pelo FASB, anos depois. Como vemos logo abaixo, que houve alterações na forma de colocar a conceituação, mas, que na essência representa a mesma coisa.

Para o FASB, “São prováveis benefícios econômicos futuros obtidos ou controlados por uma entidade em particular como um resultado de transações ou eventos passados”.³

Esse conceito que primeiramente foi difundido pelo o IASB, demonstra uma visão bem mais ampla da função do Ativo, englobando qualquer tipo de negócio ou ramo empresarial, apresentando de forma claro o que se espera do investimento realizado no passado, mas que possibilitaram prováveis benefícios econômicos futuros, evidenciando o direito de posse adquirido.

Essa ultima definição caracteriza o ativo claramente, o identifica como um elemento de propriedade da empresa, o direito é exclusivo da empresa e a sua essência maior que é a possibilidade da geração futura de caixa, que são os benefícios econômicos futuros. Englobando uma visão generalizada da entidade, em relação ao aspecto financeiro, econômico e social.

2.2- Característica Adicionais dos Ativos:

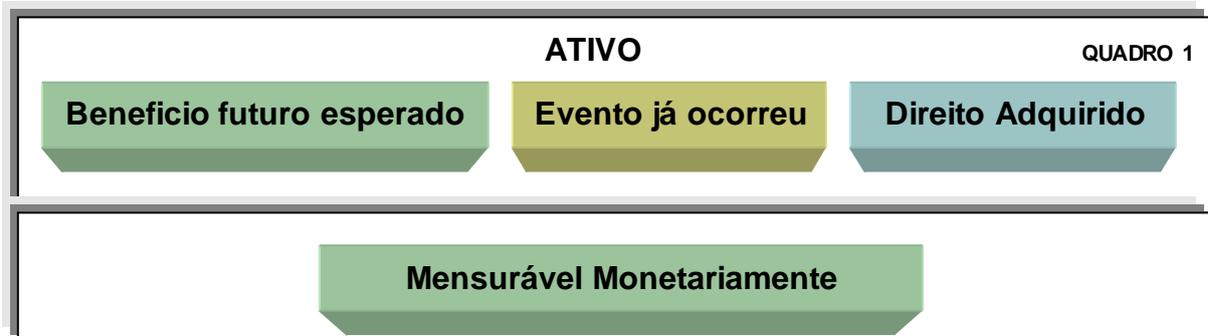
Segundo a FASB.

- ✓ Incorpora um benefício futuro provável que envolve a capacidade, isoladamente ou em combinação com outros ativos, de contribuir direta ou indiretamente à geração de entradas líquidas de caixa futuras;
- ✓ Uma dada entidade pode conseguir o benefício e controlar o acesso de outras entidades a esse benefício;

- ✓ A transação ou o evento originando o direito da entidade ao benefício, ou seu controle sobre o mesmo, já terá ocorrido .

Se algum item não apresentar ao mesmo tempo essas três características, não será considerado um ativo.

Quadro 01: Características dos bens do Ativo



O Benefício futuro esperado: Essa condição implica, que os elementos ativos, deverão proporcionar resultados positivos no futuro, que seja por utilização, ou direitos adquiridos, ou sacrifícios dos mesmos. A partir do momento que um item do ativo, deixa de colaborar para a entrada de caixa, deixando de gerar benefícios, será dado baixa desse elemento, e se buscara automaticamente a sua reposição no caso de bens tangíveis, ou sua validação nos casos dos intangíveis.

Evento já ocorreu: É resultado de eventos passados, tanto ocasionado por, aquisições ou doações, no caso dos itens materiais, como o de reconhecimento e validação, no caso dos intangíveis.

Direito Adquirido ou de propriedade: Exerce o direito de uso dos benefícios econômicos gerados pelos elementos ativos, que são controlados pela entidade.

Mensurável Monetariamente: O ativo deve ser mensurável monetariamente em moeda nacional ou estrangeira.

CAPÍTULO III

3 - Processo de Mensuração:

3.1 – Conceitos:

Segundo Hendriksen; “A escolha de medidas de ativos deve ser orientada pelos objetivos de divulgação financeira decorrentes da estrutura da contabilidade, do desejo de ser capaz de interpretar demonstrações financeiras em termos econômicos ou de seu valor para os usuários.”⁴

Em contabilidade, mensuração é o processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos associados a uma empresa, e obtidos de modo a permitir a agregação (tal como na avaliação de Ativos) ou desagregação, quando exigida em situações específicas.

Antes que a mensuração possa ser feita, porém, precisa ser selecionado um atributo específico a ser medido. Por exemplo atributos de instalações e equipamentos poderiam incluir a capacidade física de produção, o dispêndio de recurso no ato da aquisição, ou os recursos necessários para repor os ativos no presente momento. Como os ativos possuem diversos atributos, a mensuração e

publicação de mais de um atributo pode ser relevante para os investidores e outros usuários de demonstrações financeiras.

3.2 - Bases de Mensuração:

Tempo	Valores de Entradas	Valores de Saídas
Passados	Custos Históricos	Preços de vendas passados
Presentes	Custos de Reposição	Preço corrente de venda
Futuros	Custos Esperados	Valor realizável esperado

Tabela Livro Teoria da Contabilidade, Hendriksen e Van Breda

De acordo com Hendricksen e Van Breda: “As bases de variação são classificadas de acordo com a variação do tempo. Considerando a variável tempo.”

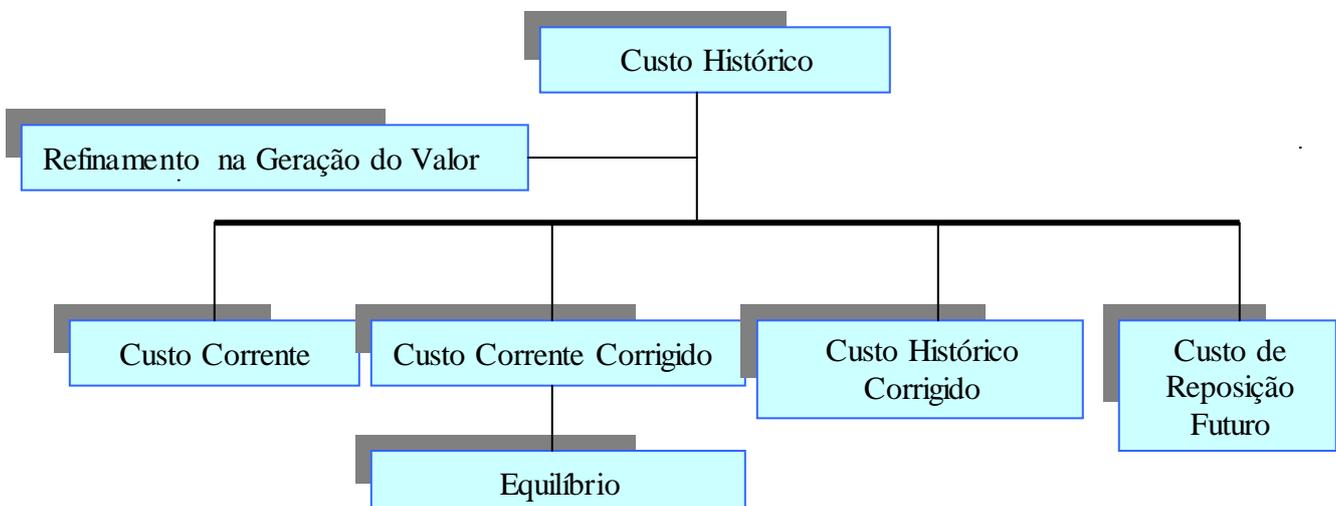
A escolha do método mais adequado de avaliação de ativos passa, necessariamente, pelo planejamento, ou seja, pela leitura antecipada das decisões a serem tomadas. Faz-se necessário, todavia, desenhar o cenário de tais decisões com o fito de identificar a forma de avaliar mais compatível com as necessidades do usuário.

As bases de mensuração, servem de fatores determinantes para o reconhecimento dos valores do ativo, levando em consideração, a linha do tempo, passado, presente e futuro, sendo o custo futuro, fruto de pesquisa e atividades acadêmicas.

3.3 - Preços de Troca: Os preços de trocas são extraídos de mercados, há dois tipos de preços ou valores de troca: Valores de Entrada e Valores de Saídas.

3.3.1- Os Valores de Entrada: refletem alguma medida do sacrifício feito para obter os ativos usados por uma empresa em suas operações – os fatores de produção.

Organograma de VALORES DE ENTRADAS



Avaliação de Ativos: Uma Análise Crítica. De Yumara e Cleide, do artigo da RBC

a) Custos Históricos de Entrada:

Hendriksen, reconhece que: “Uma das fortes razões da adoção generalizada do custo histórico tem sido sua estreita relação com o conceito de realização da receita na mensuração do lucro. De fato, um lucro baseado em valores históricos é totalmente realizado, tanto na parte operacional quanto nos ganhos.”⁵

O **custo histórico**, por apresentar mais objetividade e verificabilidade, é o mais adotado, e é também o que serve de direcionamento para os outros métodos de valores de entradas, levando em consideração o tempo. O Custo Histórico é definido pelo preço agregado pago pela empresa para adquirir a propriedade e o uso de um ativo, incluindo todos os pagamentos necessários para colocar o ativo no local e nas condições que permitam prestar serviços na produção ou em outras atividades da empresa. A principal vantagem do custo reside no fato de ser verificável: é o preço de uma transação realizada. E a desvantagem da avaliação baseada nesse custo é a de que o valor do ativo para a empresa pode variar com o passar do tempo, uma tentativa de atualizar de alguma forma o custo histórico é corrigi-lo aplicando um indexador, refletindo no lucro líquido as variações do poder aquisitivo da moeda.

b) Custos Correntes de Entrada (Custos de Reposição):

O argumento de Edwards e Bell em Verno Kam, “Porque usar o custo corrente? A razão tem a ver com a qualidade da informação fornecida pelos contadores para os gerentes e outros. Basicamente, os gerentes das firmas querem conhecer como eles poderiam alocar os recursos da empresa de maneira a maximizar os lucros, e expressam este problema fundamental em três perguntas:

- 1- Qual o total de ativos que deveriam ser mantidos em qualquer tempo? Este é um problema de expansão.
- 2- Qual deveria ser a forma desses ativos? Este é um problema de composição.
- 3- Formular expectativas sobre eventos futuros”⁶ Como deveriam ser financiados os ativos? Este é um problema de financiamento.

Para os gerentes tomarem decisões com relação às perguntas, eles precisam que a contabilidade deve trabalhar com valores atuais, para gerar informações tempestivas e realistas. Com a utilização dos custos correntes, os relatórios contábeis apresentam maior utilidade para os gestores, por refletir dados atualizados com o mercado, possibilitando maior confiança nas informações, em relação aos lucros, custos e despesas, além de garantir maior segurança em relação aos preços que serão praticados nos negócios.

O **custo corrente** representa o preço de troca que seria exigido hoje para obter o mesmo ativo ou um ativo equivalente. Os custos-padrão correntes, porém assemelham-se aos custos de reposição, com a exceção de que os custos decorrentes de ineficiência e capacidade ociosa são excluídos.

Desse método de custeamento se deriva outro, o **custo corrente corrigido**, que reflete custos de reposição, atualizados pelo índice geral de preços, possibilitando resultados operacionais, considerando os efeitos da inflação.

c) Custos Futuros de Entrada Descontados (Custos de reposição futuros):

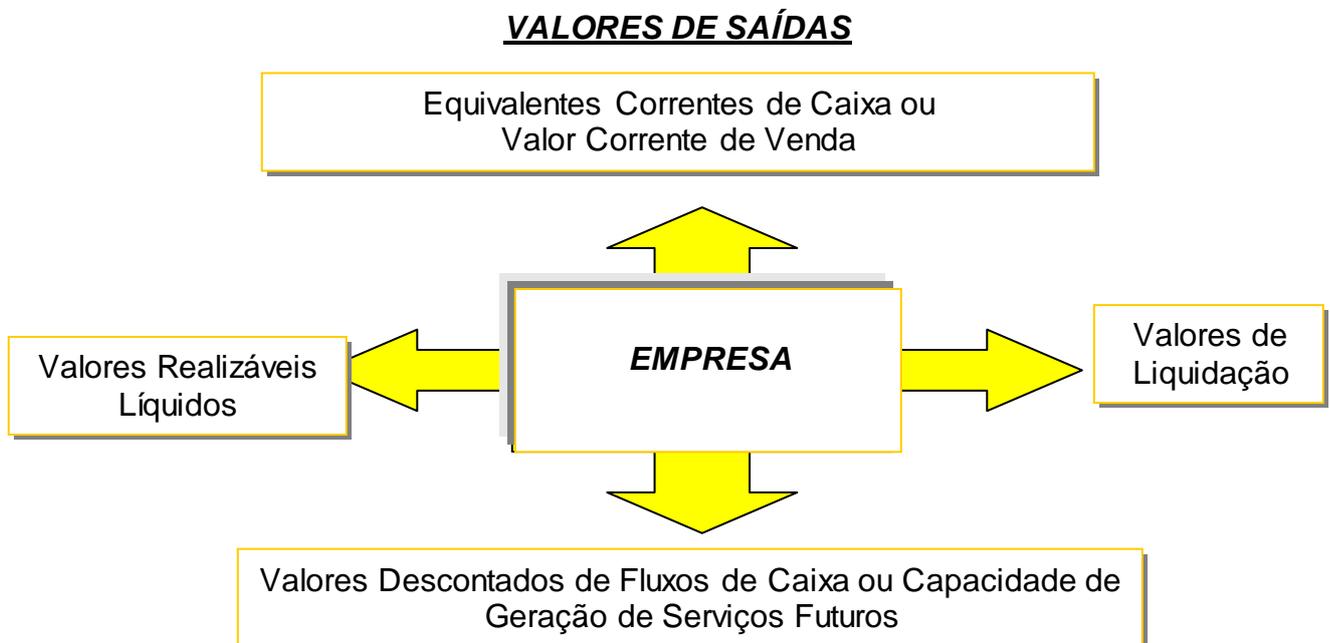
Refere-se ao preço, de acordo com os termos de contrato, deve ser pago mais tarde, o custo do ativo deve ser o valor presente da obrigação contratual. O conceito de custo futuro descontado também tem sido recomendado em casos nos quais a empresa conta com a alternativa de adquirir os serviços ao ritmo de suas

necessidades e não de uma vez só. É o raciocínio aplicado na avaliação das aquisições auferidas a prazo, uma forma de apresentar o custo a valor presente.

3.3.2 - Os Valores de Saídas:

Chambers, em Vernon Kam, apresentou uma proposta completa, compreensiva para o preço de saída, “A qual chama de - contabilidade contemporânea contínua – vendo as empresas como entidade adaptável engajada na compra e venda de bens e serviços. O preço de venda é o preço realizável de um ativo não-monetário com base numa liquidação planejada. A sobrevivência da empresa do volume de dinheiro que ela pode comandar.”⁷

Refletem os fundos recebidos por uma empresa, baseados particularmente no preço de troca do que é produzido pela empresa. Representam o volume de caixa, ou o valor de algum outro instrumento de pagamento, recebido quando um ativo ou seu serviço deixa a empresa por meio de troca ou conversão.



a) Equivalentes Correntes de Caixa ou Valor Corrente de Venda:

Na opinião de Iudícibus, “Quando o produto da empresa for vendido em um mercado organizado, o preço corrente de venda pode ser uma razoável aproximação do futuro preço de venda.”⁸

Representa o valor pelo qual o ativo avaliado seria vendido. Comumente, os preços de saídas correspondem a preços normais de mercado. É a posição da empresa em termos de adaptação ao ambiente. O ponto negativo, é que esse critério vai de encontro com a objetividade e a praticabilidade.

b) Valores Realizáveis Líquidos:

Hendriksen define, “Como sendo o preço corrente de saída menos o valor corrente de todos custos e despesas incrementais esperados (excluindo efeitos fiscais), relacionados à conclusão, à venda e a entrega da mercadoria”⁹

As duas principais dificuldades: Estimar desembolsos adicionais necessários para completar, vender e entregar o produto; e a divulgação do lucro líquido com a transação antes de terem sido concluídas todas as atividades relacionadas as vendas. É o método vastamente aplicado e amparado pelo princípio da Prudência na aplicação do pressuposto: custo ou mercado, dos dois, o menor.

c) Valores de Liquidação:

Segundo Hendriksen, “Os valores de liquidação devem ser utilizados somente em duas condições principais: Quando as mercadorias ou outros ativos tenham perdido sua utilidade normal, tenham tornado-se obsoletos, ou de algum outro modo tenham perdido valor seu mercado normal; ou quando a empresa espera suspender suas operações no futuro próximo, tornando-se incapaz de vender em seu mercado normal.”

Os métodos anteriormente mencionados trouxeram como premissa a continuidade do negócio. O método de valores de liquidação emerge de situações anormais que conduzem à descontinuidade, parcial ou total do negócio. Assemelham-se a preços correntes de saídas e a equivalentes correntes e caixa, exceto pelo fato de serem obtidos em condições diferentes de mercado. Subentende uma venda forçada, seja a clientes regulares a preços substancialmente reduzidos ou a outras empresas ou revendedores, geralmente a preços consideravelmente abaixo do custo.

d) Valores Descontados de Fluxos de Caixa ou Capacidade de Geração de Serviços Futuros:

Segundo Martins, “ Poderia ser entendido como o benefício que a empresa auferirá com a realização de um item patrimonial no futuro, considerando que ela ocorrerá num espaço de tempo em que se esperam alterações significativas no mercado.”

Quando há um período de espera até que ocorram os recebimentos esperados, o valor presente desses recebimentos é inferior ao montante efetivo que se espera receber. Quanto mais longo o período, menor o valor presente. Trata-se da estimativa de entradas e saídas de caixa numa data futura.

3.4 – Medidas de Custo ou Mercado, o que for menor:

a) Valor justo de mercado:

De acordo com Siegel e Shim em Martins, “Representa o montante que poderia ser recebido com a venda de um ativo quando existem compradores e vendedores interessados e financeiramente capazes de concretizar a transação e inexistem circunstâncias anormais, tais como: liquidação, desabastecimento e emergências.”¹⁰

O valor justo de mercado, representa as operações ocorridas no mercado organizado e sem especulações, onde o desejo de quem vende está diretamente relacionado com o interesse de quem compra, o negócio é realizado de forma limpa e leal, onde todos ganham, e nenhum sai prejudicado ou insatisfeito.

Segundo Hendriksen, “O conceito de custo ou mercado, o que seja menor, possuem uma longa história na contabilidade, remontando ao século XIX, ou mesmo antes disso. Um dos motivos de sua proeminência é a ênfase inicial no balanço como relatório para credores. Sem um relatório confiável no qual pudesse basear suas expectativas quanto a operações futuras os credores davam ênfase ao valor mais baixo provável de conversão dos ativos. Com a mudança de ênfase para a demonstração de resultado, a regra baseada no mínimo entre custo e mercado adquiriu novo sentido. Foi o lucro que passou a ser calculado conservadoramente.”¹¹

O profissional da área contábil, deve estar preparado para exercer sua profissão, respeitando e acatando normas e legislações, um dos princípios determinados pelo Conselho Federal de Contabilidade, é o da Prudência; Quando se trata de custo ou mercado, o que for menor, está se acatando este princípio, que prioriza o conservadorismo, no momento de avaliação.

De acordo com o FASB, em Hendriksen: “Exige-se um afastamento da avaliação de estoques com base no custo quando a utilidade dos bens deixa de ser tão elevada quanto seu custo. Se a utilidade dos bens for reduzida por danos sofridos, deterioração, obsolescência, variações de níveis de preços, ou outras causas, deverá ser registrada uma perda contra as receitas do exercício em que ocorre. A mensuração de tais perdas devem ser acompanhadas com a aplicação da regra de avaliação de estoques a custo ou mercado (custo de reposição), dependendo de qual seja o menor. Isto fornece um instrumento prático de mensuração de utilidade e, portanto, da determinação e magnitude da perda a ser reconhecida e contabilizada no exercício seguinte”¹²

A avaliação de um item do ativo, deve ser realizada de forma segura, a opção de escolha, custo ou mercado, deve ser feita de forma clara e justificável, já que conseqüentemente essa decisão se refletirá no resultado do exercício e posteriormente no Balanço Patrimonial. Em Ativos Monetários (disponibilidades) eles devem ser expressos em termos de entradas esperadas de caixa, ajustadas pelo prazo de espera do recebimento, sempre que relevante, os Ativos não Monetários (inventários, instalações e equipamentos, investimentos de longo prazo e ativos diferidos) devem ser avaliados e determinados tipicamente pelo custo de aquisição ou algum conceito derivado. Dessa forma acreditamos pode-se aproximar o objeto avaliado de seu valor econômico, além de quer, para os credores, deverá apresentar maior utilidade na informação, já que eles são os mais interessados nos resultados operacionais.

Para maior compreensão em relação as formas de avaliações dos grupos do Ativo, a Lei 6.404/76, destacou as condições de avaliações no quadro abaixo:

Critérios de Avaliação do Ativo - segundo o Art. 183 da Lei 6.404/76.

<i>Elementos do Ativo</i>	<i>Critérios de Avaliação</i>
Os direitos e títulos de credito, e quaisquer valores mobiliários que não são investimentos.	Custos de aquisições ou valor pelo valor de mercado, o menor (serão excluídos os já prescritos e feitas as provisões adequadas para ajusta-lo ao valor provável realizado).
Mercadorias, produtos de comércio da Cia: Matéria-prima, produtos em fabricação e bens em almoxarifado.	Custo de aquisição ou produção, deduzido de provisão para ajustá-lo ao valor de mercado, quando esse for menor.
Investimentos em participação no capital social de outras sociedades.	Custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas prováveis na realização do seu valor

Demais investimentos	Pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para atender às perdas prováveis na realização do seu valor.
Imobilizado	Pelo custo de aquisição, deduzida depreciação, amortização ou exaustão.
Ativo Diferido	Pelo valor do capital aplicado, deduzindo sua amortização

3.5- Objetivos de Mensuração:

Os objetivos de mensuração são, os mesmos objetivos da contabilidade: Sintáticos, Semânticos e Pragmáticos.



3.5.1 - Objetivos Sintáticos:

Conforme Hendriksen: "A escolha é afetada, em primeiro lugar pelo enfoque adotado a mensuração de ativos. Tal como foi apontado em capítulos precedentes, na estrutura tradicional da contabilidade o balanço se transformou numa etapa entre duas demonstrações de resultado e a avaliação de ativos transformou-se num processo de cálculos de quanto deve ser carregado para exercícios futuros."¹³

Os **objetivos sintáticos**, referem-se a lógica da linguagem contábil, se portando a gramática e a literatura contábil. Toda ciência desenvolvida, busca uma base teórica, que será o alicerce do raciocínio lógico.

Em relação a **mensuração de Ativos**, a base fundamental, para o desenvolvimento da lógica se fundamenta nos demonstrativos contábeis, que apresentam os valores originais, e serão avaliados em relação aos preços de trocas, utilizando-se dos **valores de entradas ou de saídas** em suas avaliações.

a) - Mensuração e Vinculação:

Hendriksen (p. 314), "O enfoque convencional a contabilidade continua sendo o enfoque receita-despesa. Nesse enfoque, o objetivo de mensuração de ativos é obter uma base para o cálculo da margem operacional bruta e do lucro de todas as transações."

Relaciona-se com a vinculação que o resultado do exercício tem em relação ao confronto entre **despesa, custos e perdas em relação as receitas e ganhos.**

Utilizando desse confronto para se calcular uma margem operacional, para se tomar decisões financeiras e operacionais.

b) - Mensuração e Crescimento Natural:

Hendriksen (p. 314), “De acordo com o conceito de Crescimento Natural a empresa tem lucro quando o valor de um ativo aumenta (ou o valor de um passivo diminui), na ausência de fluxos de capital.”

Uma análise da evolução da empresa em relação ao tempo demonstrara seu crescimento, e indicará se o crescimento ocorreu utilizando recursos próprios provenientes dos resultados positivos sucessivos, provenientes da DRE, ou fluxos de capitais próprios (créditos de sócios) ou de capitais de terceiros.

3.5.2 - Objetivos Semânticos:

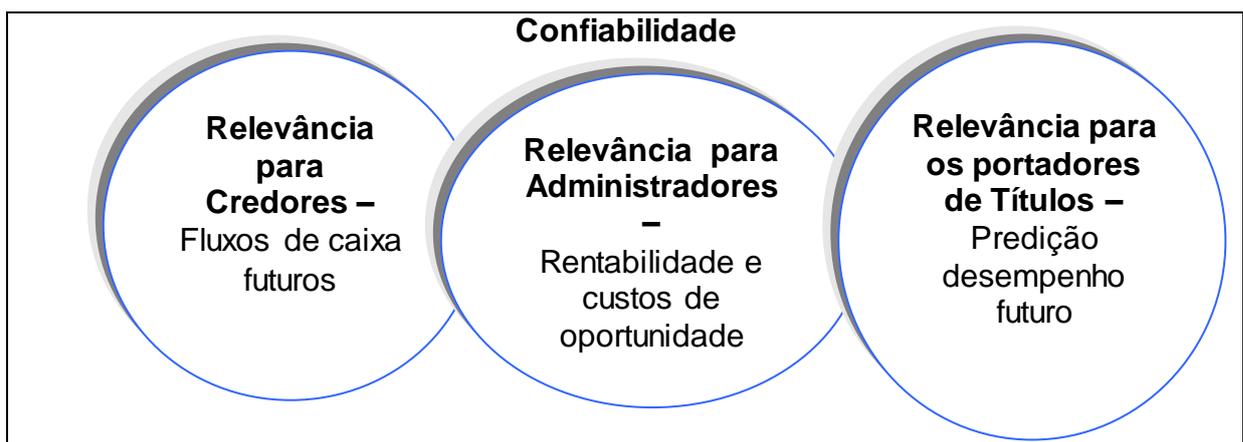
Em Hendriksen (p. 315), “O advento do APB e a publicação de documentos tais como o ARS 3 e o Asobat fortaleceram o apoio a demonstrações financeiras que apresentassem medidas claramente interpretáveis dos recursos e das obrigações de uma empresa em um momento específico e permitissem mensurações interpretativas de variações de posição financeira com o passar do tempo.”

O significado da linguagem contábil, a interpretações das análises efetuadas por profissionais da área, permitindo a indicação do método de mensuração de avaliação, levando em consideração as variáveis apresentadas, e o desenvolvimento da empresa.

3.5.3 - Objetivos Pragmáticos:

SFAC 2, em Hendriksen, “Os objetivos pragmáticos se concentram na utilidade ou relevância da contabilidade. A relevância foi definida, no Referencial Conceitual, como a capacidade da informação de fazer alguma diferença em uma decisão, ajudando os usuários a fazer predições a respeito dos resultados de eventos passados, presentes e ou futuros, ou confirmar ou corrigir expectativas anteriores”.

Os **objetivos pragmáticos** são alcançados, quando se observa os efeitos das informações contábeis em relação aos seus usuários, se a informação for relevante, ela será consultada durante todo processo operacional, para tomar decisões, o gestor, buscara informações, atualizadas, tempestivas e confiáveis. Cada usuário necessita de informações específicas de acordo com o seu interesse. No quadro abaixo percebemos alguns dos principais usuários e algumas informações relevantes.



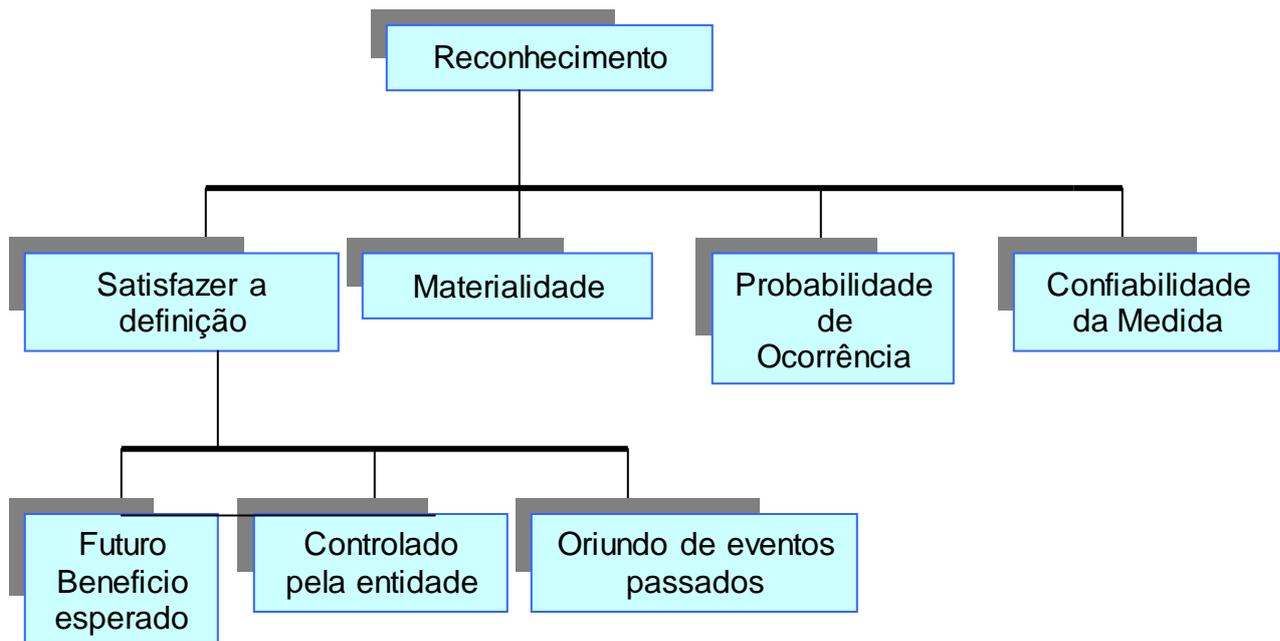
3.5.4 - Reconhecimento:

Segundo César Tibúrcio, “O processo de reconhecimento na contabilidade diz respeito a incorporação nas demonstrações contábeis de um item desde que o mesmo se enquadre na definição.”¹⁴

O Reconhecimento de um elemento na contabilidade, refere-se ao enquadramento no plano de contas, utilizado pela contabilidade para proceder a escrituração do fato, e posteriormente nas Demonstrações Contábeis.

Para se reconhecer um Ativo, leva-se em consideração, a adequação dele nas características previstas pelo FASB, vistas anteriormente, e na classificação dele como conta patrimonial.

De acordo com César Tibúrcio, “O reconhecimento de um item do Ativo refere-se, então, ao processo de incorporar no Balanço Patrimonial um recurso econômico. Essa incorporação considera a sua descrição, geralmente feita de forma resumida pelas contas do Plano de contas da entidade, e a associação do ativo com um valor monetário.”¹⁵



Reconhecimento do Ativo, César Tibúrcio

CAPITULO IV

4 – Ativos Intangíveis: Natureza e Reconhecimento

4.1 – Natureza

Tangível originou-se do latim tango (tocar), significa literalmente perceptível ao toque. Contrário senso, intangível significa não perceptível ao toque, o que

acarretaria a definição de ativo intangível como aquele que possui valor econômico, mas, carece de substância física, constitui-se de ativo sem existência corpórea.

Só a partir das ondas de fusões e incorporações na Europa e nos Estados Unidos, começou-se a falar em “Ativo Intangível”, pois até meados da década de 80 a grande preocupação do mundo dos negócios era avaliar o ativo tangível.

No Brasil, um dos negócios marcantes que vieram consolidar a importância do intangível foi a aquisição da Kibon pela Unilever por 930 milhões de dólares à vista em outubro de 1997.

O impacto ocorreu pelo fato também do patrimônio físico da Kibon estar contabilizado por menos de 30% do preço da negociação. Na verdade, a compra se referiu não a uma fábrica de sorvetes, mas sim à marca Kibon.

4.2 - Reconhecimento:

De acordo com Hendriksen, “Os ativos intangíveis não deixam de ser ativos simplesmente porque não possuem substância. Seu reconhecimento deve obedecer, portanto, às mesmas regras válidas para todos os ativos.”¹⁶

Um elemento para ser considerado um ativo deve satisfazer, há três características: gerar benefícios econômicos futuros prováveis, ser obtido e controlados por dada entidade e ser consequência de transações ou eventos passados. Então quando um intangível preencher esses critérios deverá também ser considerado como Ativo.

Segundo Massanori, em sua tese de Douramento: “A falta de substância física, entretanto, não tem sido utilizado como condição, pelos contadores, para separação entre ativos tangíveis e intangíveis. Assim depósitos bancários, contas a receber, seguros e títulos de investimentos, apesar de representarem direitos, portanto, sem corpos, tem sido classificados como ativos tangíveis.”¹⁷

No **momento do reconhecimento** de um **ativo em tangível ou intangível**, deve-se analisar o ato de forma precisa para escriturá-lo de forma correta, acatando a norma em vigor.

É importante a identificação correta do elemento acatado como Ativo, para uma melhor classificação, Hendriksen¹⁸, apresenta um quadro, onde identificam os Intangíveis Tradicionais e Despesas Diferidas.

Intangíveis Tradicionais	Despesas Diferidas
Nomes de produtos	Propaganda e promoção
Direitos de autoria	Adiantamentos a autores
Compromissos de não concorrer	Custos de desenvolvimento de software
Franquias	Custos de emissão de títulos de dívida
Interesses futuros	Custos judiciais
Goodwill	Pesquisa de marketing
Licenças	Custos de organização
Direitos de operações	Custos pré-operacionais

Patentes	Custos de mudanças
Matrizes de gravação	Reparos
Processos secretos	Custos de pesquisa e desenvolvimento
Marcas de comércio	Custos de instalações
Marcas de produtos	Custos de treinamento

A tabela nos permite distinguir o que é verificado como despesa diferida ou intangível, se observarmos a despesa diferida os desembolsos já ocorreram, mas os benefícios serão gerados com o passar do tempo, por isso o deferimento, já o elemento reconhecido como intangível foi um direito gerado com um gasto, ou um direito adquirido pela autoria ou criação.

Entre os ativos intangíveis, existem os identificáveis e não-identificáveis. Exemplos de Ativos Intangíveis identificáveis: Marcas e patentes, pois existe um documento que comprova o seu direito de atuar sobre essas marcas e patentes, podendo assim identificá-las. Já de Ativos Intangíveis não-Identificáveis, seria o caso de um cientista que é contratado por um laboratório, e o respaldo que ele daria a essa empresa com a sua produção científica decorrente de sua capacidade intelectual, causaria uma dificuldade de definição, mensuração e estimar a vida útil.

Apesar das dificuldades de reconhecimento, algumas pessoas argumentam que os intangíveis possuem diversas características específicas que os distinguem de ativos tangíveis, o que exige que os intangíveis sejam tratados diferentemente dos tangíveis.

4.3 – Características para diferenciar Intangíveis

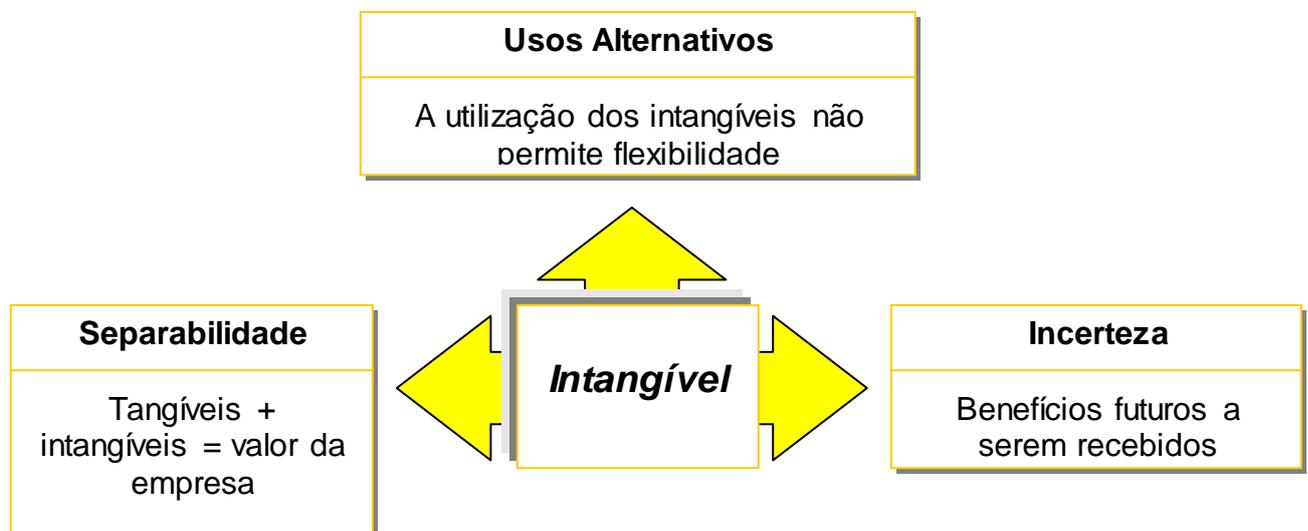
Em *Iudicibus*¹⁹, Hendriksen enumera uma série de características para diferenciar os intangíveis. Tais conceituações são criticadas p/ Most, cf abaixo.

Hendriksen	Criticas de Kenneth Most
Não são separáveis do valor do empresa como um todo.	Isto se aplica apenas em alguns casos, o portador de contratos e direitos autorais teria pouca dificuldade para distingui-los.
Há uma alto grau de incerteza relativo ao valor dos benefícios futuros a serem recebidos.	Isto se aplicaria também a muitos itens do imobilizado tangível.
Não se pode determinar o valor do ativo pela verificação da condição física, do custo de reposição ou de um valor corrente de mercado.	Ao comparar com ativos imobilizados tangíveis, a afirmativa é um truísmo; entretanto, alguns ativos fixos perdem valor independente de sua condição física.
Quanto ao valor a ser derivado dos benefícios futuros esperados, é impossível determinar qual parte da receita deriva de um intangível, específico	A inabilidade em atribuir receitas a ativos específicos aplica-se igualmente à maioria dos tangíveis.
Surgem condições de concorrência imperfeita.	Concorrência imperfeita é a norma e não a exceção em uma economia moderna, não tem

	muito sentido a afirmação.
--	----------------------------

A matéria sobre intangível, não é de fácil entendimento, nem entre dois autores de Teoria da Contabilidade.

Para facilitar Hendriksen²⁰, apresenta de forma mais direta três características específicas.



As características apresentadas por Hendriksen, não tornam qualidades específicas de intangíveis, abaixo apresentarei exemplos de intangíveis que não se enquadra nas qualificações, acima apresentadas especificamente.

Exemplo 1 – Impossibilidade de Usos Alternativos:

A marca Bombril, era uma industria especifica de palha de aço, sua marca se tornou tão consagrada, que no Brasil, quando se vai comprar palha de aço, o cliente pergunta ao vendedor, se tem Bombril, ou seja Bombril é sinônimo de palha de aço; com o passar do tempo, essa marca, passou a ser utilizada, em outros produtos, tais como: detergentes, buchas, panos de prato, sabão, etc.. A ponto da empresa ter sido capaz de transferir a reputação adquirida a outros produtos,

Exemplo 2 – Impossibilidade de Separabilidade:

Outra característica supostamente diferenciadora dos intangíveis é a impossibilidade de que sejam separados da empresa ou de seus ativos físicos, muitos ativos intangíveis são separáveis, os direitos de autoria e as marcas podem ser comprados e vendidos. A letra de uma musica pode ser vendida para vários intérpretes, e nem assim o seu autor perderá o direito sobre a criação.

Exemplo 3 - Incerteza Quanto a Recuperação:

No caso de patentes e direitos de autoria e outros, permite a condição de se projetar o ganho; O caso de marcas conhecidas que dão direito de outras pessoas, comercializarem suas marcas, na forma de franquias, como ocorre com o Boticário.

4.4 – Mensuração:

É bastante complexo se mensurar um ativo intangível. Principalmente nos casos que apresentam condições de serem identificáveis ou separáveis. Por prática esses intangíveis são associados aos ativos intangíveis, formando em conjunto o valor da empresa. As duas problemáticas da mensuração são:

- Dificil separação dos intangíveis de outros ativos; e
- Custos de transação ou benefícios futuros esperados;

4.5 – Amortização:

Segundo Hendriksen: “Em sua maioria os ativos intangíveis são gerados gradativamente pela empresa a partir de gastos anuais lançados imediatamente a despesa. Entretanto, os intangíveis que são adquiridos por meio de uma compra ou desenvolvidos por meio de gastos extraordinários identificáveis são freqüentemente capitalizados e amortizados, tal como acontece com a depreciação de instalações e equipamentos. Uma vez determinado o valor inicial a ser amortizado, os principais fatores a serem estimados são: A vida útil do ativo e o ritmo de alocação aos vários períodos da vida útil do ativo.

Os ativos intangíveis tais como os tangíveis, são amortizados, levando-se em consideração o fator tempo, até quando esse elemento propiciará benefícios. Tomando por base a data de registro do valor original. Hendriksen, que existem duas condições, que qualificam a amortização ou baixo do intangível, são elas: Ativos intangíveis com duração limitada e com duração indefinida.

Vejamos alguns exemplos:

- Ativos Intangíveis Com Duração Limitada: Patentes, Direitos de Produção e Algumas Franquias.
- Ativos Intangíveis com Duração Indefinida: Marcas, Custos de Organização e “Goodwill”.

A amortização sistemática é apoiada com base no argumento de que todos os ativos intangíveis representam benefícios a serem vinculados a receitas futuras num período razoável.

O APB 17 declara que todos os ativos intangíveis eventualmente perdem seu valor e, conseqüentemente, devem ser amortizados ao longo do período que se espera ser beneficiado, mas não além de 40 anos.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto neste trabalho percebemos que a luz da teoria da contabilidade, a característica primordial do ativo é a sua capacidade de gerar benefícios futuros, independente, do ativo ser tangível ou intangível.

A dificuldade para se mensurar o valor ou custo de um ativo, se apresenta como um problema enfrentado por diversos especialistas em avaliação de empresas, que buscam uma aproximação entre o valor contábil e o valor econômico da entidade. A escolha do método de avaliação mais eficaz leva em consideração a função e as especificidades dos fatos que foram escriturados, utilizando-se dos preços de troca.

De acordo com as situações apresentadas, existem diversos critérios que podem ser aplicados, os quais se divide em dois tipos: valores de entrada e valores de saídas. Enquanto os valores de saídas têm definições bem claras, para apresentação dos Demonstrativos Contábeis, na maioria das vezes os valores de entradas são considerados mais apropriados, por apresentarem mais objetividade e comprovação. Para propiciar uma maior facilitação, Hendriksen, apresenta três objetivos da mensuração, os objetivos: Sintáticos, Semânticos e Pragmáticos; Eles esclarecem a finalidade da mensuração em relação: a Lógica, o significado e os efeitos, que contabilidade causa nos seus usuários.

Os Ativos só são reconhecidos se apresentarem em conjunto três características: condição de propiciar resultados futuros, serem de propriedade da empresa, a qual detém o controle sobre os mesmos, e ser derivado de eventos passados. O reconhecimento dos ativos por seus usuários, serem efetivados, quando as informações geradas pela contabilidade, geram satisfação e confiabilidade.

Os elementos ativos dividem-se em ativo tangível, os que existem em matéria, e os intangíveis, que não existe em matéria, mas, existe em fato e direito. Os tangíveis são de fácil identificação, já os intangíveis, para os identifica-los de forma correta, devem primeiro proceder o reconhecimento, para saberem se serão ativados como despesas diferidas, ou intangíveis tradicionais, ou Goodwill (Fundo de Comercio / Brasil), ou capital intelectual, ou simplesmente um intangível não – identificável.

Para uma melhor entendimento, identificamos no decorrer do trabalho, as especificidades do Intangível, do Goodwill, e do capital intelectual. De acordo com Hendriksen, “Os ativos intangíveis não deixam de ser ativos simplesmente porque não possuem substância. Seu reconhecimento deve obedecer, portanto, às mesmas regras válidas para todos os ativos. O Goodwill corresponde à diferença entre o valor atual da empresa como um todo, em termos de capacidade de geração resultados futuros, e o valor econômico dos seus ativos, que ele se apresenta de

forma objetiva e subjetiva. Já o Capital Intelectual, Stewart, define Capital Intelectual como sendo, “ O conhecimento que existe em uma organização que pode ser usada para criar uma vantagem de diferencial no mercado. Percebemos que os três, são identificáveis e independentes, não possibilitando conflitos de conceitos, características, reconhecimento. A mensuração é a maior dificuldade, decorrente da dificuldade de separabilidade e verificabilidade.

Esperamos que o trabalho tenha contribuído de alguma forma, em relação ao tema reportado “o Ativo e sua Mensuração”, em relação às definições, mensuração e reconhecimento.

6- BIBLIOGRAFIA:

- 1- SA, Antonio Lopes de, *Teoria da Contabilidades* – 2º Edição, São Paulo. Atlas, 1999.
- 2- HENDRIKSEN, Eldon S. E Van BREDA, Michael F. *Teoria da Contabilidade* – 5º Edição, São Paulo. Atlas, 1999.
- 3- KAN, Vernon – *Accounting Theory*. 2º Ed. New York: Jonh Willey & Sons, 1999.
- 4- VASCONCELOS, Yumara Lúcia e SILVA, Cleide Carneiro Alves, artigo da RBC (Setembro/ Outubro nº 137, *Avaliação de Ativos: Uma Análise Crítica*.
- 5- BLECHER, Nelson e MARTINS, José Roberto, *Revista Exame*. datada de 20 de maio de 1998.
- 6- IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos. *Introdução à Teoria da contabilidade para o nível de graduação*. 3ª Ed., São Paulo: Atlas, 2002.
- 7- IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu. GELBCKE, Ernesto Rubens. *Manual de contabilidade das sociedades por ações*. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- 8- IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu. *Contabilidade introdutória*. 9ª Ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- 9- MARION, José Carlos. *Contabilidade empresarial*. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- REVISTA Brasileira de Contabilidade, nº 117, páginas 76 a 82, datada de 05 de junho de 1999.
- 10- IUDÍCIBUS, Sergio de, *Teoria da Contabilidade*, 3 ed. São Paulo, Atlas, 1993.
- 11- César Augusto Tibúrcio Silva, *Anotações de sala de Aula*
- 12- Eliseu Martins, *Contribuição à Avaliação do Intangível*, Tese de Doutorado – USP, São Paulo, 72.
- 13- Massanori Monobe, *Contribuição a Mensuração e Contabilização do Goodwill*, Tese de Doutorado - USP, São Paulo, 1986.
- 14- STEWART, T. A, *Capital Intelectual: A Nova Vantagem Competitiva das Empresas*. 4 Ed., Rio de Janeiro, 1998.
- 15- SÁ, Antonio Lopes de; SÁ, Ana Maria Lopes de,. *Dicionário de Contabilidade*. São Paulo. Ed. Atlas, 1995.